



Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES	
Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas	
CEIOP	
N.º Único	624343
Entrada/Saída n.º	64
Data	4/2/2019

Exm^o. Senhor
Presidente
da Comissão Parlamentar de
Economia, Inovação e Obras Públicas
Deputado Hélder Amaral

S. Bento, 01 de fevereiro de 2019

Assunto: Audições do Presidente da CP e do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas sobre os incidentes com comboios da CP e a situação laboral na empresa

O país foi hoje surpreendido com uma notícia, no mínimo insólita, relativa à suspensão de uma ligação ferroviária na Linha do Minho, em razão da interrupção da circulação de um comboio originado pela queda na linha de um dos motores da automotora que integrava a composição ferroviária que saiu do Porto às 20h15 e com chegada prevista a Valença às 22h30. Segundo relatos, o incidente com a automotora alugada pela CP à espanhola Renfe, ocorreu próximo de Afife, em Viana do Castelo, pelas 22h08 de quinta-feira, dia 31 de janeiro, deixando os seus passageiros apeados até cerca de meia-noite à espera de serem transportados em táxi para os respetivos destinos.

Infelizmente, os últimos meses têm sido férteis em notícias relacionadas com a CP, relatando-se anormalidades na prestação do serviço público de transporte ferroviário. Continuam as supressões de comboios em múltiplas linhas, causadas por avarias e/ou por falta de comboios e os comboios alugados à Renfe, anunciados para o final de 2018, continuam indisponíveis e no passado dia 11/09/18, um Alfa Pendular correu o risco de descarrilamento por “os rolamentos de um dos rodados ter gripado e de o respetivo veio de transmissão ter fundido”. Todas estas situações configuram sucessivos registos de

anomalias no funcionamento da CP, com impactos evidentes na degradação do serviço público prestado pela transportadora ferroviária nacional. No caso do incidente com o Alfa Pendular chegou a ser referido que *“os sistemas de deteção de caixas quentes que estão colocados ao longo da via férrea e que identificam aumentos de temperatura dos rodados à passagem dos comboios (...), da responsabilidade do gestor da infraestrutura, estão desativados”* (in Público online, 18/09/18).

Sendo um facto que foram abertos inquéritos – CP e GPIAFF - para apurar as razões dos incidentes mais graves, até à data, não se conhece qualquer resultado. Em causa, estarão falhas no serviço de manutenção ferroviária, seja por falta de equipamentos e/ou tecnologia adequada, seja por insuficiência de recursos humanos no ativo.

Por outro lado, a CP, continua a ser notícia em resultado de sucessivas greves que o pessoal ferroviário da Revisão Comercial Itinerante tem vindo a realizar para cumprimento de um Acordo celebrado com a CP e o Ministério do Planeamento e das Infraestruturas em 29/09/2017. Em causa está:

- o não recrutamento de 88 trabalhadores para a Revisão Comercial, cuja falta tem consequências diretas no encerramento de bilheteiras ou redução dos horários de atendimento, na sobrecarga dos que estão no ativo e também na perda de receitas; por sua vez, a falta de revisores a bordo dos comboios origina o aumento da fraude, excesso de trabalho extraordinário e perda de receitas;
- o bloqueio à contratação coletiva (Acordo de Empresa e Regulamento de Carreiras), cujas negociações estão paradas desde fevereiro de 2018, ao que se sabe, por responsabilidade direta da tutela/MPI;
- outras matérias relacionadas com condições e direitos laborais dos trabalhadores operacionais em diversas áreas da empresa.

Importa por tudo isto, esclarecer quer diretamente com o responsável máximo da CP, quer com a tutela do setor – o Presidente da CP e o Sr. Ministro do Planeamento e das Infraestruturas – as várias dimensões deste conjunto de episódios e esclarecer os diversos níveis de responsabilização pela ocorrência dos mesmos.

Assim, face ao exposto, e ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com a maior brevidade possível, as audições:

- do Presidente do Conselho de Administração da CP - Dr. Carlos Gomes Nogueira;
- do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Dr. Pedro Marques,

pelo que solicita a V.Ex^a as diligências necessárias para esse efeito.

Os Deputados do Bloco de Esquerda,

Heitor de Sousa

Ernesto Ferraz

